

Repasse de ICMS ao ABC cresce 0,7% em 2022, apesar da desoneração da gasolina

Alta nas transferências foi limitada pelo teto da alíquota sobre o combustível, fixado em agosto

A melhora da atividade econômica aumentou os repasses do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços para o ABC em 2022, mas o resultado poderia ser mais robusto não fosse a perda de arrecadação decorrente da fixação do teto de 18% para as alíquotas do ICMS sobre combustíveis, medida apadrinhada pelo presidente Jair Bolsonaro e aprovada em julho pelo Congresso.

Dados da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP) compilados pelo *Diário Regional* revelam que, em 2022, a região recebeu transferências de R\$ 2,62 bilhões, montante 6,7% superior em termos nominais (sem considerar a inflação do período) ao repassado pelo governo paulista no ano anterior (R\$ 2,46 bilhões).

Porém, quando é aplicado o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – que mede a inflação oficial do país – projetado pelo mercado para 2022, a alta cai para 0,7%.

Mesmo com a desaceleração nos repasses decorrente da fixação do teto para a gasolina, trata-se do segundo ano seguido de aumento real e o maior valor transferido pelo Estado desde 2015 (veja

■ O NÚMERO R\$ 2,62 bilhões

foi o valor referente ao ICMS repassado pelo Estado em 2022, segundo a Sefaz-SP

ICMS | ABC

Repasses para os sete municípios em 2022 somaram R\$ 2,62 bilhões

Repasses (em R\$ bilhão, valores de 2022)/Índice de participação (%)



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz-SP)

Angélica Richter/Especial para o DR

gráfico acima).

Para se ter uma ideia do impacto que a desoneração teve sobre a arrecadação de tributo no Estado e, consequentemente, sobre os repasses do ICMS para o ABC, basta observar que, no acumulado de janeiro a julho, o total transferido era 7,6% superior ao encaminhado no mesmo período de 2021. Nos cinco meses seguintes, contudo, a alta se transformou em queda de 7,5%.

Em termos nominais, a perda nos repasses para o ABC supera a casa de R\$ 22 milhões; considerando a inflação, chegaria a R\$ 89 milhões.

“Estamos vivendo um soluço (nos repasses), não isoladamente em Diadema, mas no Estado, por conta da decisão equivocada e unilateral do governo federal de mudar a sistemática da cobrança do ICMS sobre os combustíveis.

Para se ter uma ideia, perdemos cerca de 10% desde setembro, que foi um mês muito difícil”, comentou o prefeito de Diadema, José de Filippi Júnior (PT).

■ ENTENDA

A mudança na cobrança do ICMS sobre os combustíveis, porém, não é a única explicação para os repasses aquém do esperado na região.

Segundo a legislação, as prefeituras têm direito a 25% do que é arrecadado com o ICMS. Os repasses são proporcionais à “fatia” de cada cidade no Índice de Participação dos Municípios (IPM), anualmente apurado pela Sefaz-SP.

O IPM é um cálculo complexo, que leva em consideração uma série de indicadores. Porém, o de maior peso (75%) na fórmula é o Valor Adicional, que mede a riqueza gerada

pela cidade. O IPM é apurado anualmente com base em dados do exercício anterior, para aplicação no seguinte.

Assim, a participação de cada município no ICMS arrecadado neste ano dependeu do índice calculado em 2021 com base em dados de 2020.

Ocorre que a participação do ABC no Valor Adicionado paulista vem caindo continuamente (veja gráfico acima). Isso explica por que os repasses cresceram menos em 2022 na região (0,7%) do que na média do Estado (2,6%).

Atualmente, os repasses de ICMS representam, em média, 20% dos orçamentos anuais dos sete municípios. Trata-se de recurso “não carimbado”, ou seja, não tem destinação específica e, por isso, pode ser usado livremente em áreas como Saúde, educação e segurança. (Reportagem Local)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário Regional - Grande ABC/SP

Seção: Economia **Página:** 4